



AUDIÊNCIA PÚBLICA

PPA 2026-2029 E LOA 2026

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA







IBITIRAMA-ES





Obrigação Legal da Audiência Pública

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 48º Lei Compl. Federal 101/2000 – Lei De Responsabilidade Fiscal...

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Gestão Orçamentária Participativa

Art. 44º Lei Federal 10.257/2001





Fundamentação Legal – PPA E L.O.A

OBRIGAÇÃO DO PODER EXECUTIVO

Art. 165º, I e III - Constituição Federal

Lei Orgânica do Município

Lei de Responsabilidade Fiscal-LC 101/2000.





O QUE É O PPA – PLANO PLURIANUAL

• Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.





O QUE É A LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

- É um plano de trabalho que contempla os programas e ações de governo, necessários à realização das metas e prioridades definidas na LDO e que foram extraídas de forma compativel com o PPA.
- O Orçamento abrangerá as metas de arrecadação e despesas de modo a evidenciar e possibilitar a realização das políticas e programas do governo municipal, para um período de um ano.





ORÇAMENTO

O QUE É ORÇAR? O que é orçamento público?

- A palavra orçar significa "calcular, avaliar, fazer estimativa de gasto, estimative de arrecadação, aproximar-se, atingir um resultado".
- Ou seja: todo orçamento calcula o gasto que vai ser realizado a partir do que se tem de recursos em mãos.





Art. 165 da Constituição de 1988 – definiu a forma de integração entre plano e orçamento através da criação de três novos instrumentos:

- -Plano Plurianual PPA
- -Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO
- -Lei Orçamentária Anual LOA





Plano Plurianual – PPA

Estabelece as diretrizes,
objetivos e metas da
administração para as
despesas de capital e outras
delas decorrentes e para as
relativas aos programas de
duração continuada.



Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Objetiva nortear a elaboração do Orçamento e dispor sobre alteração na legislação tributária.



Lei Orçamentária Anual –

LOA
É um instrumento de planejamento
que espelha as decisões políticas,
estabelecendo as ações prioritárias
para o atendimento das demandas
da sociedade, em face da escassez

de recursos.





Plano Plurianual – PPA

04 ANOS – 2026/2029 Planejar



Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

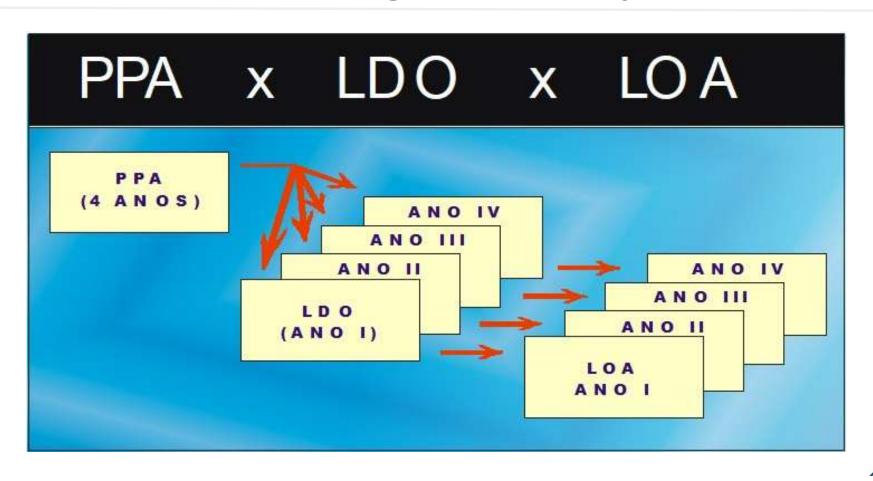
> ANUAL – 2026 Orientar



Lei Orçamentária Anual – LOA

> ANUAL – 2026 Executar

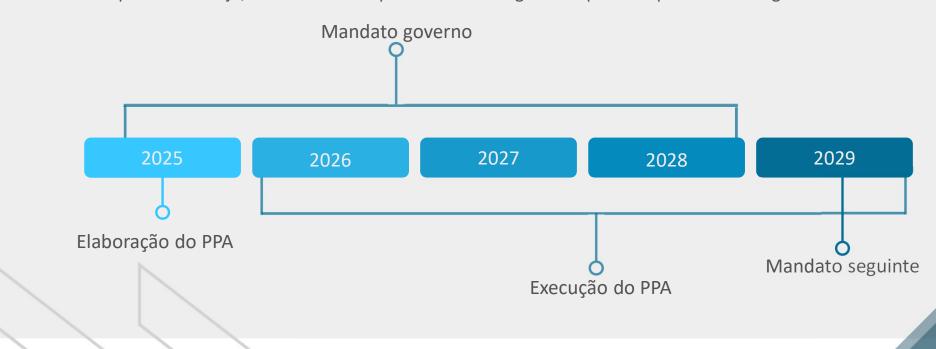








Os 4 anos de vigência do Plano Plurianual, compreendem os três primeiros exercícios do mandato atual e um ano exercício do mandato subseqüente. Ou seja, é elaborado no primeiro ano de governo para os quatro anos seguintes.







Prazo dos Instrumentos Legais de Planejamento (ADCT. Art. 35) Lei Complementar Estadual nº. 007/1990

PROJETO	ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO	DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO	VIGÊNCIA
PPA	Até 4 meses antes do encerramento do 1º exercício financeiro de cada mandato (até 31.08)	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa (31.12)	Até o final do 1º exercício financeiro do mandato governamental subsequente
LDO	Até 8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (até 15.04)	Até o encerramento do 1º período da sessão legislativa (30.07)	Anual
LOA	Até 3 meses antes do encerramento do exercício financeiro (até 30.09)	Até o encerramento do 2º período da sessão legislativa (31.12)	Anual





Conceito dos elementos do PPA:

Base Estratégica:

- -Análise da situação econômica e social atual, com avaliação das potencialidades, oportunidades, vantagens, tendências e obstáculos;
- -Estabelecimento das diretrizes, objetivos e prioridades orientação estratégica acerca da seleção dos problemas sobre os quais o Poder Público tem capacidade de atuação;
- -Capacidade de ajustar os objetivos e metas governamentais aos recursos, capacidade de execução, visão de futuro e desafios de cada área de atuação.





ELEMENTOS DO PPA

Programa:

- -Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual
- **Programa Finalístico:** Visam solucionar problemas ou atender demandas da sociedade, resultando em bens ou serviços ofertados diretamente à população. Ex. Erradicação do Trabalho Infantil; Escoamento da Produção Agrícola.
- Programa de Apoio Administrativo: Visa o alcance dos objetivos dos programas finalísticos, voltados às despesas de manutenção que vise ao financiamento dos insumos que não são passíveis de alocação direta aos demais programas. Ex. Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração; Manutenção e conservação de prédios públicos.

Ação:

-São projetos ou atividades que visam proporcionar um bem ou serviço para atendimento das demandas da sociedade, estabelecida através dos programas.





OBJETIVOS DO PPA

Objetivos do PPA: De acordo com a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

- -Definir e quantificar claramente as metas e prioridades da administração e os resultados almejados;
- -Desenvolver e aprimorar o planejamento, orçamento e gestão por programas em todos os órgãos da administração;
- -Organizar, em programas, as ações e os projetos que resultem em bens e serviços para atender às demandas da sociedade.
- -Estabelecer a relação entre os programas a serem desenvolvidos e a orientação estratégica de governo.
- -Integrar ações desenvolvidas pela União, pelo estado e pelo município.
- -Estabelecer, quando necessário, a regionalização de metas e gastos governamentais.
- -Orientar a alocação de recursos nos orçamentos anuais de forma compatível com as metas e receitas.
- -Dar transparência à aplicação dos recursos públicos.





As Metas Fiscais são unidades de medida que explica, em termos concretos, o volume de trabalho a ser realizado e o tempo necessário para realizá-lo, permitindo a mensuração e a avaliação de políticas, programas, atividades e projetos.

É uma meta financeira a ser atingida pela Administração, ou seja, QUANTO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRETENDENTE ARRECADAR, gastar e alcançar de resultado em seus cofres, em um determinado período.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF

Art. 9º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de <u>Resultado Primário ou Nominal</u> estabelecidas no Anexo de <u>Metas Fiscais</u>, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.







RECEITA

DEFINIÇÃO DE RECEITA:

É todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos que o poder público tem o direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros instrumentos de que derivem direitos a favor do Estado.







Exercício	Orçado	Receita Corrente	Receita Capital	Arrecadado
2017	28.250.000,00	25.931.462,39	1.151.157,87	27.082.620,26
2018	29.820.000,00	29.228.681,46	2.587.258,61	31.815.940,07
2019	31.298.000,00	30.221.742,42	2.318.021,92	32.539.764,34
2020	34.000.000,00	34.309.367,76	490,64	34.309.858,40
2021	34.000.000,00	36.794.913,88	1.553.607,43	38.348.521,31
2022	37.000.000,00	45.657.060,32	6.343.620,45	52.000.680,77
2023	41.950.000,00	52.340.282,80	10.906.807,88	63.247.090,68
2024	53.000.000,00	59.410.333,91	2.994.167,55	62.404.501,46
2025	65.000.000,00	40.148.488,88 (Até	2.139.948,99 (Até	42.288.438,87 (Até
2025	03.000.000,00	07/2025	07/2025)	07/2025)
PREVISÃO	O - 2026		72.000.000,00	



RECEITA PREVISTA PARA 2026

DESCRIÇÃO	VALORES ORÇADOS 2026
Receitas Correntes	71.815.000,00
Receita Impostos, Taxas e Contr. Melhoria	5.091.000,00
Receita de Contribuição	650.000,00
Receita Patrimonial	821.000,00
Receita Agropecuária	0
Receita Industrial	0
Receita de Serviços	877.000,00
Transferências Corrente	71.587.000,00
Outras Receitas Correntes	204.000,00
(-)Dedução do FUNDEB	-7.415.000,00
Receita Intra-Orçamentária	150.000,00
Receita de Capital	35.000,00
Operações de Crédito	0
Alienação de Bens	35.000,00
Transferências Capital	0
Outras Receitas Capital	0
TOTAL	72.000.000,00

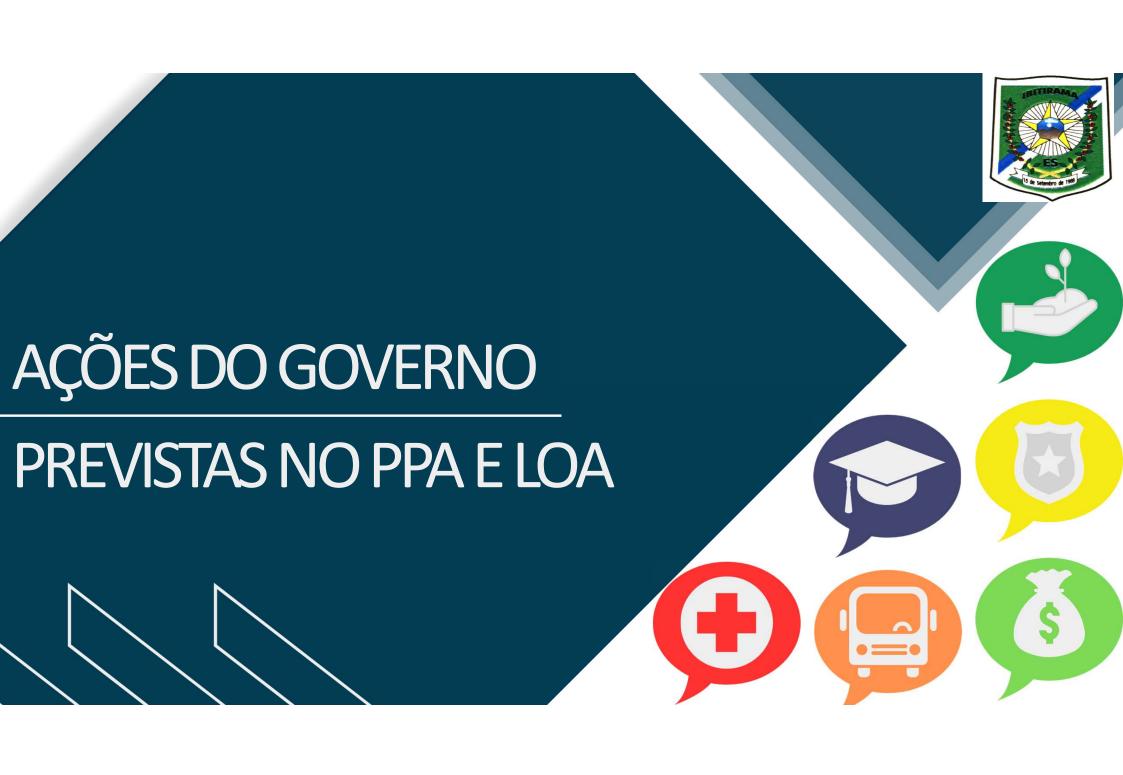




DESPESA PREVISTA PARA 2026

DESCRIÇÃO	VALORES ORÇADOS 2026
Despesa Corrente	70.893.805,00
Pessoal e Encargos Sociais	38.305.851,00
Juros e Encargos da Dívida	100,00
Outras Despesas Correntes	32.587.854,00
Despesa de Capital	1.096.195,00
Investimentos	1.026.195,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	70.000,00
Reserva de Contingência	10.000,00
Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	72.000.000,00







001 - CÂMARA MUNICIPAL

- 2.001 Manutenção dos Serviços Administrativa do Legislativo
- 2.002 Contribuição à Associação das Câmaras Municipais e de Vereadores do Espírito Santo ASCAMVES
- 3.001 Reforma e reaparelhamento do Legislativo
- 3.002 Ampliação/Reforma do Prédio da Câmara Municipal
- 3.003 Aquisição de Veículos e equipamentos p/Camara Municipal

010 - GABINETE DO PREFEITO

- 2.003 Manutenção dos Serviços Administrativos do Gabinete do Prefeito
- 2.080 Manutenção das Atividades da Defesa Civil
- 2.101 Constribução à Associação dos Prefeitos e Amunes
- 2.113 Manutenção das Atividades do Setor de Convênios
- 2.122 Contribuição Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do CAPARAÓ

020 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 2.005 Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal
- 2.006 Administração de Precatórios e Sentenças Judiciais

030 - CONTROLE INTERNO

2.108 - Manutenção das Atividades do Controle Interno



040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

- 2.009 Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria de Administração
- 2.010 Realização de Concurso Público e Processos Seletivos
- 2.013 Manutenção dos Serviços de Divulgação e Publicidade dos Atos do Executivo Municipal
- 2.102 Reserva de Contingência
- 3.004 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário

050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

- 2.014 Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria de Fazenda
- 2.015 Amortização da Dívida e Demais Obrigações
- 2.016 Gestão de Políticas de Icentivo e Controle Tributário
- 2.017 Contribuição ao PASEP
- 2.233 Regularização Fundiária e Recadastramento Imobiliário
- 3.004 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário
- 3.048 Estruturação e Investimentos do Fundo de Desenvolvimento Municipal



060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
1.001 - Construção, Ampliação e Reforma da Rede de Saúde
2.018 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde
2.020 - Manutenção das Atividades do Pronto Atendimento
2.022 - Manutenção dos Serviços de Exames Laboratoriais
2.024 - Repasse Financeiro à Santa Casa de Misericórdia
2.025 - Manutenção das Atividades do Consórcio de Saúde
2.026 - Manutenção das Atividades do PACS
2.028 - Manutenção da Assistência Farmaceutica
2.029 - Manutenção das Atividades do Conselho de Saúde
2.030 - Manutenção das Atividades da Saúde Bucal
2.031 - Manutanção das Atividades da Vigilância Sanitária
2.032 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epdemiológica
2.114 - Manutenção das Atividades de Tratamento de Dependentes Químicos
2.123 - Manutenção da Atividades de Controle da DIABETS
2.220 - Manutenção das Atividades de Proteção e Defesa da Mulher
2.221 - Gerência de Sentenças Judiciais e Indenizações
2.222 - Manutenção das Atividades da Atenção Primária
2.223 - Enfrentamento da COVID-19
2.234 - Manutenção do Centro de Fisioterapia
2.235 - Manutenção das Atividades de Tratamento para pessoas com Deficiências (Intelectuais e Físicas)
3.006 - Aquisição de Equipamentos, Veículos e Ambulâncias



2.034 - Man	utenção das Atividades da Secretaria de Educação
2.035 - Man	utenção dos Conselhos das Escolas Municipais
2.036 - Treir	namento e Capacitação de Servidores da Educação
2.037 - Man	utenção e Regência das Atividades do Ensino Fundamental
2.040 - Adm	ninistração e Regência do Transporte Escolar - ENSINO FUNDAMENTAL
2.044 - Man	utenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
2.048 - Adm	ninistração e Regência do Transporte Escolar - EDUCAÇÃO INFANTIL
2.050 - Man	utenção da Merenda Escolar - ENSINO FUNDAMENTAL
2.051 - Man	utenção da Merenda Escolar - EDUCAÇÃO INFANTIL
2.052 - Aten	ndimento Educacional Especializado e Inclusivo
2.053 - Prog	grama Educação Digital e Inovação Pedagógica
2.054 - Aten	ndimento as Necessidades Sociais e Promoção da Equidade Educacional
2.055 - Tern	no de Colaboração a Entidade Educacional
2.056 - Ação	o de Apoio ao Transporte de Alunos no Ensino Médio e Superior
2.227 - Man	utenção e Regência da Educação Infantil -PRE-ESCOLA
2.228 - Man	utenção e Regência da Educação Infantil - CRECHE
3.011 - Expa	ansão e Melhoria na Rede Física do Ensino Fundamental
3.012 - Expa	ansão e Melhoria na Rede Física da Educação Infantil
3.203 - Estri	uturação e Melhoria do Ensino Fundamental - FUNPAES
3.204 - Estri	uturação e Melhoria do Ensino Infantill - FUNPAES



080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.058 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social
2.059 - Manutenção dos Conselhos Municipais da Assistência Social
2.063 - Manutenção das Atividades das Pessoas com Deficiência
2.065 - Manutenção das Atividades do CRAS
2.066 - Manutenção das Atividades do Nosso Crédito
2.067 - Manutenção das Atividades da FANFARRA Municipal
2.071 - Programa de Atenção Integral à Família - PAIF
2.073 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
2.075 - Manutenção das Atividades do Fundo do Direito da Criança e Adolescente
2.105 - Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FUNCOP
2.118 - Segurança Alimentar - Manutenção (Programa Cesta Verde/Cozinha Didática)
2.119 - Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV
2.120 - Concessão de Benefícios Eventuais à Pessoa em Vulnerabilidade Social e Econômica
2.126 - Índice de Gestão Descentralizada (IGD) SUAS
2.128 - Manutenção do Centro de Referencia de Assistência Social - CREAS
2.202 - Centro de Convivência do Idoso

2.220 - Manutenção das Atividades de Proteção e Defesa da Mulher

2.224 - Apoio Financeiro a Entidades Assistenciais



090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

- 2.047 Manutenção e Incentivo às Atividades do Desporto Amador
- 2.057 Manutenção das Atividades da Cultura
- 2.076 Manutenção das Atividades de Turismo
- 2.107 Implantação e Manutenção do Projeto Esporte Cidadão
- 2.216 Manutenção dos Conselhos da Sec. Mun.de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
- 2.225 INCENTIVO E APOIO AO AGROTURISMO E TURISMO
- 3.015 Construção, Ampliação de Espaços Esportivos
- 3.201 Construção/Ampliação de Espaços Físicos para Desenvolvimento da Cultura do Município



100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	S E SERVIÇOS URBANOS
2.078 - Manutenção das Atividades das A	daptações de Acessibilidade
2.079 - Manutenção das Atividades da Se	ecretaria de Obras e Serviços Urbanos
2.081 - Manutenção de Praças, Parques,	, Jardins e outros
2.082 - Manutenção dos Serviços de Limp	peza e desobstrução de Córregos e Rios
2.083 - Manutenção dos Serviços de Ilum	ninação Pública
2.084 - Manutenção dos Serviços de Limp	peza Pública
2.085 - Tratamento e Destinação Final do	Lixo
2.086 - Manutenção, Reabertura e Conse	ervação de Estradas, Pontes e Bueiros
2.087 - Manutenção da Fábrica de Manilh	nas
2.103 - Manutenção das Atividades de Tra	atamento e Destinação Final de Residuos Sólidos - CONSUL
3.020 - Reparos, Construção e Conserva	ção de Prédios Públicos
3.021 - Construção e Melhoria de Vias Pú	úblicas
3.022 - Construção de Pontes, Passarela	s, Ciclovias e Calçadão
3.024 - Construção e Melhoria do Cemint	tério Público
3.026 - Construção de Muros de Contenç	ão
3.027 - Renovação e Melhoria na Frota de	e Veículos e Equipamentos
3.028 - Expansão e melhoria na rede de il	luminação pública urbana e rural
3.029 - Implantação de Macrodrenagem	no município
3.030 - Construção e manutenção de teri	minal rodoviário e abrigos no município
3.031 - Construção e melhoria do Sistem	a de Esgotamento Sanitário
3.036 - Construção, Ampliação e Melhori	ia no Sistema de Abastecimento de Água



110 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AI	ADIENTE
2.086 - Manutenção, Reabertura e Conservação de Estradas, Pontes e Bueiros	MDIENIE
2.088 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
2.096 - Revitalização e ampliação de parques ecológicos	
2.097 - Manutenção das Atividades de Gestão e Controle Ambiental	
2.098 - Apoio e incentivo à recuperação de áreas degradadas	
2.201 - Apoio às Assossiações Agropecuárias	
2.214 - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	
2.215 - Conselho Municipal de Meio Ambiente	
2.226 - Incentivo e Apoio ao Produtor Rural	
2.230 - Serviços de Inspeção Municipal para Produtos de Origem Animal	
2.231 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	
2.232 - Fundo Municipal de Meio Ambiente	
3.033 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	
3.034 - Construção de Fossas Sépticas	
3.035 - Implantação e Manutenção de Parques e Áreas Verdes	
200 - SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IBITIRAMA	
2.099 - Manutenção das Atividades do SAAE	
2.100 - Contribuição ao PASEP	
3.036 - Construção, Ampliação e Melhoria no Sistema de Abastecimento de Água	
3.037 - Construção, Ampliação e Melhoria no Sistema de Esgotamento Sanitário	
3.038 - Construção, Ampliação e Melhoria de Redes de Águas Pluviais	
3.039 - Modernização do SAAE com aquisição de Veículos e Equipamentos	
3.041 - Construção, ampliação e reforma da Sede do SAAE	



Autorižação para abertura de créditos suplementares:

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal de Ibitirama autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

I – até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual, de acordo com o disposto no art. 7º, I e art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, utilizando como fonte de recurso as definidas no art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 e recursos de convênios, conforme parecer consulta TCEES nº. 028 de 08 de julho de 2004, podendo ser realizado entre todas as Unidades Gestoras integrantes do Orçamento Municipal;

II – até 100% (cem por cento) do excesso de arrecadação, nos termos do inciso II, § 1º, e §§ 3º e 4º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

III – até 100% (cem por cento) do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do inciso I, § 1º, e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

IV – até 100% (cem por cento) do recurso de convênio firmado no exercício, conforme Parecer Consulta TCEES n. 028/2004;

V- até 100% (cem por cento) do produto de operações de crédito autorizadas, de forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, conforme inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

VI – até 50% (cinquenta por cento) do valor total das dotações de pessoal e encargos sociais que se encontrarem insuficientemente dotadas, mediante anulação de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

VII – até 100% (cem por cento) das movimentações por anulação total ou parcial de dotações realizadas dentro do mesmo projeto ou atividade.





SUGESTÕES DA SOCIEDADE

A Prefeitura Municipal de Ibitirama em seu site oficial <u>www.ibitirama.es.gov.br</u> disponibilizou um Link para recebimento das sugestões e demandas da Sociedade Civil, para elaboração do PPA 2026-2029 e da Lei Orçamentária de 2026.

